

Ass Const

Educação, sempre

Os principais compromissos, os fundamentais da próxima (oitava) Constituição brasileira, são com o futuro. Por isso deve ser sintética, já que os casuismos logo envelhecem, passam a exigir reformas. Se elas são fáceis, a Constituição vai sendo descaracterizada; se difíceis, a insatisfação acaba por fazê-la ruir. E nenhum maior compromisso pode haver com o futuro que o compromisso com a educação. É a própria continuidade das gerações em jogo, a permanência da Nação por cima dos partidos e facções, interesses imediatistas.

A primeira educação tem de ser pleonasticamente a do 1º grau, outrora chamada de educação primária (em Portugal ainda se diz assim). Continua o analfabetismo residual de quase um terço da população total, adotado que seja o critério do alfabetismo funcional, aplicado pela Unesco ao Terceiro Mundo: saber assinar o nome e contar até dez. Pobre parâmetro muito diverso do aceito pelo Primeiro e Segundo Mundos, para os quais o alfabetizado precisa, no mínimo, de sete anos de escolaridade, do contrário ocorre o fenômeno da regressão, além da tal precária funcionalidade pouco servir na prática. Segundo as categorias do Primeiro e Segundo Mundos, o Brasil estaria com sessenta por cento de analfabetos, o avesso daquele suposto otimismo terceiro-mundista.

A situação apresenta-se, portanto, muito, muito grave. Inclui-se o número absoluto dos analfabetos tende a aumentar, por

mais que diminua em termos relativos. Isto é, o Governo vai conseguindo diminuir a quantidade de analfabetos, porém não ao ponto de eliminá-la, porque a taxa demográfica prossegue alta e sempre sobram analfabetos e cada vez mais, num infernal círculo vicioso.

A única saída consiste em atacar frontalmente o problema, a começar pela Lei Maior, a Constituição, Carta Magna do País. Nela precisa constar, outra vez e com maior ênfase, a determinação expressa do ensino primário obrigatório e gratuito, a cargo dos Estados, não dos municípios como se vinha pensando há tempos. Estes não dispõem nem disporão de recursos. O Fundo de Participação mal lhes permite a sobrevivência da burocracia local, com frequência em distritos elevados sem outra razão senão as de eleitoralismo.

Em seguida vem o ensino médio ou de 2º Grau, também técnico.

Qualquer pessoa, física e não só jurídica, sabe das dificuldades de encontrar um técnico qualquer ao quebrar um automóvel, ou um eletrodoméstico maior, num fim de semana. Difícilimo achá-lo. Quase uma tragédia de angústia em procuras numa hora especial.

O Brasil necessita, ainda e sempre, do escalão intermediário mais simples. Os hospitais têm médicos, mas não enfermeiras capacitadas; os computadores têm analistas, mas não digitadores além de semi-analfabetos, e assim por diante, num nunca aca-

bar. Tanto pior no setor rural, onde os agrônomos também não encontram continuidade das suas propostas. Levando os proprietários a descrerem nas possibilidades de mudança. O mesmo se aplica ao funcionalismo público, com "DAS", "FAS" e "DAI" isolados na cúpula sem sequer datilógrafos suficientes. E interminável o desfile da incompetência desassistida, embora não insuperável.

Apenas por último, apesar de *last but not the least*, comparece a chamada educação superior: humanista, científica e tecnológica no quadro de crise das universidades. Elas urgem uma profunda reforma. O MEC, diante da ameaça de greve de funcionários e professores, concordou em submeter ao debate seu anteprojeto de lei de mais uma reforma da reforma universitária. Cabe agora aos interessados se pronunciarem abalissadamente, sem paixões senão pela cultura. Não se deve, inclusive aqui, partir de preconceitos e sim de pressupostos. Os da necessidade de ciência e tecnologia próprias, criativas, não tanto autóctones, porque também no conhecimento tudo se transforma, porém com certeza adaptadas às exigências prementes do desenvolvimento brasileiro. Com realismo, acima de tudo, porque o País é pobre.

Para animar tudo isso, que a Emenda João Calmon seja mantida na Constituição sem meiotermos, claramente, afastando ambigüidades dos tipos já contribuindo para dispersão dos seus recursos.